IVO BARI FERREIRA

**Invalidade de Deliberações Assembleares: Sistematização Doutrinária e
Análise Jurisprudencial**

Orientador: Professor Doutor Mauro Rodrigues Penteado

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2020

IVO BARI FERREIRA

INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES: SISTEMATIZAÇÃO
DOCTRINÁRIA E ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Direito
Comercial.

Área de concentração: Direito Comercial

Orientador: Professor Doutor Mauro Rodrigues Penteado

São Paulo

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / ____

Ivo Bari Ferreira

Catálogo na Publicação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bari Ferreira, Ivo

Invalidez de Deliberações Assembleares:
Sistematização Doutrinária e Análise Jurisprudencial
; Ivo Bari Ferreira ; orientador Mauro Rodrigues
Penteado -- São Paulo, 2020.

152

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Comercial) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito Comercial. 2. Direito Societário. 3.
Deliberações de Acionistas. 4. Regime de Invalidez.
I. Penteado, Mauro Rodrigues, orient. II. Título.

Nome: Ivo Bari Ferreira

Título: Invalidade de Deliberações Assembleares: Sistematização Doutrinária e Análise Jurisprudencial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Direito Comercial.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Orientador: Professor Doutor Mauro Rodrigues Penteado

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Mônica e Maurício – meus ídolos absolutos e exemplos máximos de integridade, dedicação e perseverança –, pelo incondicional amor e apoio em todas as minhas empreitadas, nessa nem sempre tão suave jornada pela vida, sem os quais nada disso teria sido possível.

Ao Domingos Refinetti, cujo apoio e crença no meu potencial foi condição *sine qua non* para que hoje eu estivesse onde estou.

Ao Professor Mauro Rodrigues Penteado, pela gentil acolhida na Pós-Graduação das Arcadas e valiosíssima orientação na construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Não poderia ser de outra forma: primeiramente, agradeço imensamente meus pais, Mônica e Maurício, que sempre foram a força motriz do meu trabalho – profissional e acadêmico. Sem o exemplo que me deram, de perseverança, dignidade, integridade, trabalho, carinho e amor – e, claro, sem as, não tão raras, puxadas de orelha para me manter na linha – nada nem perto disso teria sido possível.

À minha grande família, Tio e Tia Ju, Vó Ignês, meu irmão Paulinho, minha querida afilhada Livia, meus priminhos Miguel e Sophia, sinceramente agradeço o convívio e tenham certeza que cada um, de sua forma, trouxe inspiração e contribuiu para este trabalho que ora finda.

À minha família que não é de sangue, mas é como se fosse – André, Robbie, Paulinho, Pippo, Nanni e Peach, agradeço o incondicional companheirismo e irmandade que compartilhamos e que, tenho certeza, continuaremos compartilhando nessa nossa intensa navegação pela vida.

À minha afilhada de casamento, Mavi, e às, espera-se, futuras afilhadas de casamento, Giulia e Malu, por todo o carinho e tempo dispendido em me ouvir reclamar das coisas mundanas do dia-a-dia.

Aos queridíssimos Carioca, Klaus, Tachibana, Tozy, Renas, Gui Stefanini e todos os demais membros do The Kibe, que, apesar de não compartilharmos nossa amizade há décadas, para mim assim já parece.

Ao Dr. Domingos Refinetti, exemplo de advogado e pessoa. Por me acompanhar na integralidade da minha carreira, sempre acreditar em mim e me incentivar a continuar sempre *avanti*: sem o Sr., nada disso teria acontecido.

Ao Professor (de Mestrado e de vida) Mauro Rodrigues Penteado, por me acolher na pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, proporcionar uma sempre presente, atenta e valiosíssima orientação, e contribuir enormemente na minha formação, como advogado, acadêmico e ser humano. Espero que venham muitas outras oportunidades para eu me aproveitar de vossa orientação sob estas Arcadas.

Ao querido Leonardo Auriema, que, além de ter me dado a ideia do tema deste trabalho, foi um grande companheiro nos debates acadêmicos e no meu percurso tanto pela pós-graduação quanto pelo meu amadurecimento e crescimento pessoal.

Aos meus sócios e amigos, Fred Bastos, Renato Vilela e Dani Zugman, agradeço por terem mudado minha vida, ao gentilmente me convidarem para me tornar sócio do belíssimo e promissor escritório, que, agora, tenho orgulho de chamar de *nosso*.

Aos amigos queridos originados na FGV Direito SP, e que, depois, a vida profissional proporcionou nosso contínuo reencontro, Rafael Andrade, Diego Faleck e Carolina Milaré.

Aos *Fratelli di Ascarelli*, também queridos amigos, desta vez oriundos das Arcadas franciscanas, na pessoa do Antonio Deccache, pelo companheirismo nas aulas e nos inúmeros jantares discutindo os respectivos trabalhos.

Àqueles e àquelas que, por eventualidades da vida, não estão aqui nominalmente citados ou citadas: nunca esquecerei tudo que fizeram por mim. Minha gratidão e agradecimento para todos e todas que me acompanharam nessa jornada é eterno.

BARI FERREIRA, Ivo. Invalidade de Deliberações Assembleares: Sistematização Doutrinária e Análise Jurisprudencial [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; 2020.

RESUMO

Este trabalho trata dos regimes de invalidade aplicáveis às deliberações tomadas em assembleias de acionistas de companhias brasileiras, à luz da doutrina, do Superior Tribunal de Justiça, e dos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A controvérsia cinge no aparente conflito entre o regime de invalidade civil (nulidade e anulabilidade) e societário (apenas anulabilidade). Há apresentação de notícia histórica referente à evolução legislativa do tema, no Brasil, e colocações breves sobre aspectos processuais das demandas impugnatórias de deliberações. O núcleo-duro, no entanto, jaz na sistematização doutrinária, separando os mais significativos pensadores do tema em três correntes (regime civil, regime societário, e regime especial), e, logo após, a análise de quarenta e duas decisões proferidas pelos Tribunais pátrios sobre o tema, estudo este, aparentemente, inédito na academia nacional. As conclusões apontam tendências dos Tribunais em adotar os ensinamentos da doutrina e outros aspectos de relevância prática sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Assembleia. Acionistas. Deliberação. Invalidade. Nulidade. Anulabilidade.

BARI FERREIRA, Ivo. Invalidation of Shareholder Resolutions: Organization of doctrine and Precedent Analysis [dissertation]. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; 2020.

ABSTRACT

This paper refers to the invalidation regimens applicable over resolutions taken in shareholder meetings in Brazilian corporations, pursuant to doctrine, the Superior Court of Justice, and the State Appeals Courts of São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais. The controversy hinges on the apparent conflict between the regimen of civil invalidity (nullification and annulment) and corporate invalidity (only annulment). There is a historical presentation of the legislative evolution of the matter in Brazil, and brief comments over the procedural aspects of lawsuits involving the invalidation of shareholder resolutions. The heart of the matter, however, is the organization of doctrine, separating the most valuable thinkers of the matter in three groups (civil regimen, corporate regimen, and special regimen), and, thereafter, the analysis of forty two precedents from Brazilian courts over the matter, which study, apparently, is the first in Brazilian academy. The conclusions present the tendencies of the Courts in adopting the teachings of doctrine and other aspects of practical relevance over the matter.

KEYWORDS: Shareholders Meetings. Shareholders. Shareholder Resolution. Nullification. Annulment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sobreposição conflituosa entre Lei das S/A e Código Civil.....	8
Quadro 2 – Características de Nulidade e Anulibilidade.....	38
Quadro 3 – Esquematização de Vícios Analisados.....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS: APRESENTAÇÃO DO TEMA; CONTROVÉRSIAS EXISTENTES.....	17
1.2. JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TEMA.	19
1.3. OBJETIVO DO TRABALHO.....	22
2. NOTÍCIA HISTÓRICA – EVOLUÇÃO LEGISLATIVA	25
3. NOTAS SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DAS DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES.....	31
3.1. ANOTAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE VÍCIOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	31
3.2. DA NULIDADE – CAUSAS, PERMANENTE INVALIDADE E LEGITIMIDADE ATIVA.....	33
3.3. DA ANULABILIDADE – CAUSAS, PERMANENTE INVALIDADE E LEGITIMIDADE ATIVA.	36
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES.....	39
4.1. DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES – NATUREZA, PLANOS E VÍCIOS. .	39
4.1.1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS – ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS...	39
4.1.2. DELIBERAÇÕES COMO ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS E SEUS DIFERENTES VÍCIOS	42
4.2. DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES – MÉTODO ASSEMBLEAR.....	49
4.3. TIPOS DE DELIBERAÇÕES.....	53
5. REFLEXÕES SOBRE MICROSSISTEMAS NORMATIVOS E AUTONOMIA LEGISLATIVA DA LEI DAS S/A.....	55
6. TEORIAS DE INVALIDADE DE NEGÓCIOS JURÍDICOS APLICADAS ÀS DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES	59
6.1. INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES PELO REGIME SOCIETÁRIO.	59
6.2. INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES PELO REGIME CIVIL.	62
6.3. INVALIDADE DE DELIBERAÇÕES POR REGIME ESPECIAL.	66
7. NECESSÁRIOS ESCLARECIMENTOS PROCESSUAIS	71
7.1. LEGITIMIDADE ATIVA.	71
7.2. LEGITIMIDADE PASSIVA.....	79
7.3. EFICIÊNCIA DO PROCESSO – SANAÇÃO DE VÍCIOS ANTERIORES.	81
7.4. COISA JULGADA	83

8.	ANÁLISE JURISPRUDENCIAL.....	85
8.1.	METODOLOGIA UTILIZADA.....	85
8.2.	ANÁLISE SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS.	86
8.2.1.	<i>POUCAS AS DECISÕES.</i>	86
8.2.2.	<i>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.</i>	87
8.2.3.	<i>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.</i>	92
8.2.4.	<i>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.</i>	107
8.2.5.	<i>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.</i>	111
9.	NOTAS CONCLUSIVAS.....	118
	REFERÊNCIAS	125
	ANEXO A — SÍNTESE DOS JULGADOS UTILIZADOS	135

1. INTRODUÇÃO

1.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS: APRESENTAÇÃO DO TEMA; CONTROVÉRSIAS EXISTENTES

Como já observado por Mauro Rodrigues Penteado, existem certos temas do direito societário que, apesar de sua patente importância e o merecimento de tratamento unitário e sistemático pela doutrina, inexplicavelmente não logram êxito em empolgar os estudiosos para tanto.¹

É, como notado por Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França, o caso dos regimes de invalidez aplicáveis às deliberações assembleares, que, salvo por sua tese de doutoramento, inicialmente de 1998, e com sua segunda edição em 2017, ao que saibamos, não existem outros trabalhos sistemáticos e unitários sobre o assunto.²

Ante a aparente negligência da academia, resistente ao teste do tempo,³ com referido tema, que indubitavelmente é de vital importância para a prática societária contemporânea, elabora-se o presente trabalho, que, espera-se, possa, de alguma forma, contribuir para a mudança deste panorama.

O tema tratado pela pesquisa, cujo resultado é o presente trabalho, refere-se, então, ao regime de invalidez aplicável às deliberações assembleares de sociedades por ações brasileiras.

A problemática acerca desse tema gravita, em suma e síntese, em torno da aparente incompatibilidade entre, de um lado, o disposto no Artigo 286 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S/A), e, de outro lado, o regime de invalidez de negócios jurídicos, conforme dispostos em nosso Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

¹ PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.

² FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidez das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidez das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 5.

³ “Passados quase vinte anos da publicação da 1ª edição, o enigma persiste. Ao que saibamos, a única monografia escrita sobre o assunto continua a ser a nossa. Talvez esta 2ª edição possa mudar esse panorama, instigando uma nova...” (FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidez das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidez das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 6).

Estabelece, pois, o Artigo 286 da Lei Acionária, que a “ação para anular as deliberações tomadas em assembleia-geral ou especial, irregularmente convocada ou instalada, violadoras da lei ou do estatuto, ou eivadas de erro, dolo, fraude ou simulação, prescreve em 2 (dois) anos, contados da deliberação”.

De outro lado, o Código Civil prevê, em seus Artigos 166 e 167, a sanção de nulidade para o negócio jurídico quando, dentre outros: (i) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; (ii) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; (iii) não revestir a forma prescrita em lei; (iv) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; (v) tiver por objeto fraudar lei imperativa; (vi) for simulado.

A anulabilidade, por sua vez, de acordo com o regime civil, incide sobre o negócio jurídico quando, dentre outros, houver vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

Para melhor delimitar a sobreposição conflituosa, apresenta-se o quadro abaixo:⁴

Quadro 1: Sobreposição conflituosa entre Lei das S/A e Código Civil.

	LEI DAS S.A.	CÓDIGO CIVIL	CONFLITO
CONVOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO IRREGULAR	Anulável	Nulo	Sim
VIOLAÇÃO DE LEI OU ESTATUTO	Anulável	Nulo	Sim
ERRO	Anulável	Anulável	Não
DOLO	Anulável	Anulável	Não
FRAUDE	Anulável	Nulo	Sim
SIMULAÇÃO	Anulável	Nulo	Sim

Como se denota a partir de rápida análise do conteúdo da tabela acima, salvo pelos casos de invalidação de deliberação assemblear por erro ou dolo, percebe-se que a aplicação

⁴ Cujo conteúdo, evidentemente, é disposto de maneira simplista, apenas para fins ilustrativos. Os pormenores de cada vício serão analisados adiante, em profundidade que permita a compreensão mais técnica de cada um dos regimes de invalidação.

do regime de invalidação societária aplica-se em aparente contradição com o regime de invalidade previsto no Código Civil.

Ou seja, no âmbito do microssistema societário, parece existir regime de invalidade de negócios jurídicos próprio, que afasta a aplicação do regime geral de invalidades dispostos postos ao nosso Direito Privado.

Pois isso seria possível ou, no mínimo, permitido? Como, então, tem os Tribunais pátrios resolvido esta matéria?

1.2. JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TEMA

Como adiantado acima, é enigmático que um tema de suma importância à advocacia societária contemporânea não tenha sido objeto de estudos ordenados e aprofundados, a fim de fornecer, da doutrina para a prática, compreensão sofisticada do assunto e parâmetros para a navegação nessa matéria.

A ausência de trabalhos acadêmicos na área instigou a presente pesquisa e aumentou a significância e necessidade da elaboração desta sistematização doutrinária e organização de precedentes sobre o tema, bem como as anotações sobre os resultados obtidos, nos termos aqui postos.

Isso, especialmente em virtude do aparente fato de que desde “Invalidades das Deliberações de Assembleia das S/A”, inicialmente elaborada em 1998 e publicada em 1999,⁵ parece não ter havido esforço significativo da academia em consolidar, organizar e sistematizar os entendimentos da mais abalizada doutrina sobre o tema.

Salvo pelo recorte preliminar feito deste próprio trabalho,⁶ não se tem notícia de qualquer movimento de acadêmicos ou advogados no sentido de compilar e organizar o entendimento dos Tribunais Brasileiros sobre a invalidação de deliberações de sociedades por ações e determinar, de maneira minimamente científica, os critérios empregados e as tendências das decisões.

⁵ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidade das deliberações de assembleia das S/A*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

⁶ BARI FERREIRA, Ivo. Invalidade de Deliberações de Acionistas à Luz do Superior Tribunal de Justiça. *Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários*, São Paulo, Almedina, v. 9, 2019. Coord. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França e Nelson Eizirik.

A produção acadêmica, como deveria ser em muitos casos, serve também para elucidar a prática e a aplicação do Direito e trabalhos sobre o tema em questão apresentam-se cruciais, também, para a correta resolução de litígios societários envolvendo a matéria.

A delimitação precisa e correta de quais assembleias, deliberações e/ou votos em conclaves sociais de companhias brasileiras são nulas e quais são anuláveis auxiliará na elucidação de dois pontos da prática do Direito de extrema relevância, sendo estes: (a) a legitimidade ativa em procedimentos de invalidação de deliberações assembleares; e (b) os prazos prescricionais (ou decadenciais) aplicáveis a tais demandas.

Sem prejuízo do maior aprofundamento destas questões em momento posterior deste trabalho, os casos de nulidade são imprescritíveis⁷ e podem ser arguidos por qualquer interessado (isto é, tanto às partes quanto a terceiros interessados) e também pelo Ministério Público, nos termos do Artigo 168 do Código Civil.⁸

Ao contrário dessa situação, encontram-se os casos de deliberações meramente anuláveis, que estão sujeitas a prazo prescricional (na verdade, decadencial) reduzido (de dois anos, apenas, nos termos do Artigo 286 da Lei das S/A) e – de maneira resumida, sendo certo que anotações adicionais serão apresentadas abaixo – são legitimados para propor a ação de anulação apenas os acionistas que votaram contrariamente ou aqueles que se abstiveram de votar no conclave.⁹

Nota-se, então, com preocupação, a falta de clareza com relação a tais aspectos na atuação profissional dentro do contexto do contencioso societário e faz-se necessária a melhor delimitação dos prazos e pessoas que podem buscar a invalidação de determinadas deliberações, de acordo com as diferentes correntes doutrinárias e os precedentes proferidos pelos Tribunais nacionais.

Como bem obtempera Fábio Konder Comparato, a matéria – prescrição de dois anos? declaração de nulidade/determinação da anulação? – é de grande relevância, causando

⁷ Com o perdão da expressão, dadas críticas mencionadas em: SOUZA, Eduardo Nunes de. *Teoria geral das invalidades do negócio*: nulidade e anulabilidade no direito civil contemporâneo. São Paulo: Almedina, 2017. p. 205.

⁸ SOUZA, Eduardo Nunes de. *Teoria geral das invalidades do negócio*: nulidade e anulabilidade no direito civil contemporâneo. São Paulo, Almedina, 2017. p. 233.

⁹ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidez das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidade das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 138.

estranheza que não tenha ainda sido enfrentada e resolvida, segundo lhe constava, quer em doutrina, quer nos tribunais.¹⁰

Portanto, a falta de contribuições acadêmicas de peso posteriores à 1999 e a incipiência do estudo da jurisprudência no tema do regime de invalidade aplicável às deliberações de companhias parecem desproporcionais à importância da questão e a necessidade social, econômica e jurídica de montar arcabouço suficientemente profundo e completo para solucionar tais problemas.

Para além do acima, há, também, uma segunda força motriz que justifica a escolha e importância do tema.

Os atuais tempos de crise econômica mundial e nacional¹¹⁻¹² tendem a aumentar drasticamente os conflitos entre detentores de participações societárias de companhias, ao redor do mundo.

Enquanto há bonança de recursos financeiros, as empresas insistem em dar resultados positivos e os aspectos macroeconômicos apontam para contínuos índices de crescimento, há, também, boa vontade entre os sócios e não existem muitos motivos para divergências.

No entanto, uma vez que tais recursos se tornam mais escassos, a pressão por resultados se torna maior (e a concretização destes se torna cada vez mais rara), a necessidade de se gerar caixa para satisfazer obrigações da empresa (e dos sócios) se acentua e, mais importante que todos os aspectos anteriores, alguém precisa achar um culpado para ‘o que deu errado’.

Nesse cenário conflituoso, deliberações societárias antigas começam a ser revistas e questionadas e novas deliberações muitas vezes são forçadas e impostas por aqueles que detêm poder sobre a companhia e seus procedimentos.

¹⁰ COMPARATO, Fábio Konder. Da imprescritibilidade da ação direta de nulidade de norma estatutária. In: COMPARATO, Fábio Konder. *Novos ensaios e pareceres de direito empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1981a. p. 215.

¹¹ Iniciado pela quebra do Lehman Brothers, nos Estados Unidos (http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080915_lehman_qa_pu.shtml. Acessado em 06 de junho de 2018), que resultou, em última instância, na derrocada de países inteiros, como Grécia (http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110616_entenda_crisegrega_pai. Acessado em 06 de junho de 2018), Portugal, Itália, Irlanda e Espanha (<http://noticias.r7.com/economia/noticias/entenda-a-crise-na-europa-20100526.html>. Acessado em 06 de junho de 2018).

¹² Para contextualização da gravidade: a crise de 2008 foi descrita como a maior adversidade econômica desde a Grande Depressão de 1929. <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html>. Acessado em 06 de junho de 2018.

Exemplos disso podem ser vistos desde aumentos de capital cujas motivações podem ser questionadas (diluições injustificadas e aumentos de capital oportunistas tendem a ocorrer cada vez mais em cenários nos quais existem agentes de mercado fragilizados pela situação adversa do mercado)¹³ até eleições contrárias à lei, ao estatuto e aos acordos de acionistas em relação aos membros do Conselho de Administração.¹⁴

Portanto, em virtude do cenário econômico atual, as deliberações assembleares passaram a ocupar papel central no âmbito dos litígios societários contemporâneos.

São essas deliberações, tomadas em assembleia de acionistas, que estão sob escrutínio generalizado e que tem sua higidez testada a todo momento nos casos de tensão entre sócios, que querem rever os atos de sua companhia em comum, e, além disso, são importantes ferramentas utilizadas pelos acionistas para, legal ou ilegalmente, tomar as rédeas das companhias e guia-las para onde querem ir.

Por todo o exposto, a escolha do tema justifica-se por sua patente relevância, repercussão e impacto generalizado para agentes de mercado, juristas e advogados e pela oportunidade de se contribuir substancialmente para esta problemática, dando à causa mais material para estudo e utilização, de natureza que, em alguns aspectos, até hoje não lhe foi dada.

1.3. OBJETIVO DO TRABALHO

Este trabalho pretende responder a seguinte pergunta: *os Tribunais pátrios selecionados adotam qual corrente doutrinária para definir o regime de invalidade aplicável às deliberações assembleares?*

¹³ Especificamente com relação às deliberações assembleares para aumentos de capital de sociedades por ações, vide PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Aumentos de capital das sociedades anônimas*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012, que dedica dois capítulos à sobreposição de temas entre aumentos de capital e as invalidades das deliberações que os aprovam (Capítulos IX e X, p. 355-400).

¹⁴ Vide, por exemplo, os embates do “Caso Usiminas”, narrados em “Desacordo de acionistas”, publicado pela revista *Capital Aberto*, Edição Julho-Agosto 2016, de autoria de Yuki Yokoi. Disponível em: www.bmfbovespa.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8AA8D09758C221250158DF5FC4410255+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 jun. 2018. Vide, também, nosso BARI FERREIRA, Ivo. *Quando a aplicação do acordo afronta a lei*. Portal Jota. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/quando-a-aplicacao-do-acordo-afronta-a-lei-03112017>. Acesso em: 2 abril 2019.

Propõe-se atacar o ponto nevrálgico aqui estudado por meio de duas vias transversas, quais sejam: (i) a sistematização doutrinária dos entendimentos de juristas pátrios sobre o regime de invalidade aplicável às deliberações assembleares; e (ii) a análise dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que se debruçaram sobre a matéria em tela.

Do núcleo-duro deste trabalho, portanto, consta uma explanação detalhada que possibilitará ao leitor ter um panorama de onde encontram-se nossos doutrinadores, com relação às suas opiniões sobre o tema, bem como identificar as três principais correntes que se propõem a solucionar o problema aqui posto.

Note-se que a separação dos doutrinadores foi elaborada para fins deste trabalho específico, não havendo, necessariamente, sobreposição integral nos entendimentos entre os autores enquadrados em cada uma das correntes, tampouco identificação e reconhecimento por parte dos próprios doutrinadores pela separação aqui realizada.¹⁵

Em seguida, será apresentada uma análise jurisprudencial, com o intuito de determinar qual (se alguma) das três correntes doutrinárias delimitadas são utilizadas pelo Poder Judiciário para resolver os problemas concernentes à invalidação de deliberações de acionistas de sociedades por ações nacionais.

Não se propõe, neste trabalho, necessariamente, realizar um juízo de valor conclusivo acerca do tema. A proposta é, na verdade, explorar a doutrina e jurisprudência pátria sobre o tema, a fim de fornecer instrumento referencial útil aos participantes deste debate.

Portanto, estrutura-se o presente trabalho da seguinte forma, para atingir os objetivos aqui previstos: Após esta introdução, seguirá um capítulo contendo a evolução histórica da disciplina de invalidade de deliberações de acionistas no Brasil. Então, serão apresentadas notas sobre a natureza jurídica das deliberações assembleares, contendo explicações sobre os tipos de vícios existentes e apresentação dos conceitos de nulidade e anulabilidade.

Em seguida, são apresentadas considerações mais específicas às deliberações de acionistas, como o enquadramento destas no conceito de negócios jurídicos, bem como a

¹⁵ A separação nas três correntes aqui apresentadas, inclusive, é inspirada em debates mantidos com Leonardo Anthero Auriema, que inicialmente propôs esta visão, em seu: AURIEMA, Leonardo Anthero. *Nulidade em matéria de deliberações societárias – o problema da fraude à lei*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

diferenciação entre os diversos tipos de deliberações e a circunscrição legal dada ao ritual assemblear.

Ato contínuo, este trabalho explicita reflexões sobre microssistemas normativos e a autonomia legislativa da Lei das S/A, com comentários acerca de potenciais compatibilizações entre os ditames aparentemente conflitantes do Código Civil e da Lei Societária.

Passa-se, então, à organização doutrinária referida no título deste trabalho, com a exposição das três correntes de pensamento aqui analisadas, quais sejam, a corrente societária – de aplicação de regime societário de invalidade –, a corrente civil – de aplicação do regime geral civil de invalidade às deliberações –, e a corrente intermediária – de construção de um regime especial para invalidade de deliberações de acionistas.

Antes de passar à segunda parte do título deste trabalho, há capítulo sobre aspectos processuais das demandas impugnatórias, de conhecimento prévio necessário para melhor compreensão dos julgados a seguir analisados. Na parte processual deste trabalho, analisa-se legitimidade ativa, legitimidade passiva, coisa julgada e efeitos da sentença das demandas de invalidade de deliberações assembleares.

Organizadas as correntes doutrinárias e apresentados os necessários esclarecimentos processuais, este trabalho passa à análise dos precedentes identificados do STJ, TJSP, TJRJ e TJMG, um por um, identificando os pontos de contenda e o enquadramento dos julgados nos entendimentos doutrinários anteriormente delimitados.

Ao final são apresentadas notas conclusivas, nas quais organizam-se os entendimentos doutrinários e os achados dos precedentes analisados, estes justapostos àqueles.

9. NOTAS CONCLUSIVAS

Ao término deste trabalho, espera-se ter contribuído para a, até hoje, escassa e esparsa produção acadêmica sobre o tema em tela.

Espera-se que a consolidação doutrinária e a análise jurisprudencial aqui posta seja útil, para os acadêmicos – professores e alunos; para os práticos – advogados e magistrados; e para os acadêmicos-práticos, que, como este autor, têm um desafio diário de equilibrar os compromissos e deveres da academia com os mesmos compromissos e deveres oriundos da atuação profissional.

Como se buscou esclarecer, a divergência do tema surge da redação do art. 286 da Lei das S/A, que, aparentemente, é incompatível com os regimes de invalidade previstos no Código Civil. De um lado, a lei microssistêmica determina que deliberações assembleares estão sujeitas a invalidação apenas pelo regime de anulabilidade e com prazo prescricional bienal. De outro lado, a norma-mãe do direito privado determina que negócios jurídicos podem conter vícios que resultam, ora em anulabilidade, ora em nulidade.

A divergência importa por ser tema relevantíssimo nas mais acirradas disputas societárias nacionais, especialmente nesses momentos de crise econômica que passa o Brasil.

Para além da sua recorrente e relevante incidência nos certames societários, a divergência importa, também, por ter dois aspectos práticos que, a depender de como se entenda qual regime invalidatório prevalece, materializam-se de formas diametralmente opostas: a prescrição da demanda impugnatória e a legitimidade ativa para propositura da ação.

Pelo regime civil, negócios jurídicos nulos não convalidam e podem ser impugnados a qualquer tempo. Além disso, a nulidade pode ser alegada pelas partes aplicáveis, por terceiros interessados, pelo Ministério Público, e pelo Juízo, inclusive de ofício.

Pelo regime societário, mesmo os casos de nulidade civil estariam apenas sujeitos ao regime de anulabilidade, portanto, mesmo nesses casos, convalidam após o exíguo prazo de dois anos previsto na norma. Ainda, comportaria, por este segundo regime, o direito de

ação com rol de legitimados mais restrito que aqueles legitimados para pleitear a nulidade civil.

A análise da evolução legislativa do tema demonstrou que o legislador nacional balançou no espectro entre os dois regimes.

Quando de sua primeira aparição no ordenamento pátrio, no Decreto 434/1891, as deliberações de acionistas estavam sujeitas ao regime de invalidade do direito comum, sendo *nullas* as deliberações eivadas de uma série de vícios.

Porém, já na segunda aparição, no Decreto-Lei 2.627/1940, operou-se reforma no sistema e optou-se por proteger as deliberações assembleares do regime de nulidades civil. A então nova norma, que vige quase inalterada nesse aspecto até a presente data (no atual art. 286 da Lei das S/A), determinou que as deliberações de acionistas somente estão sujeitas a anulabilidade e com prazo impugnatório curto.

Posto esse cenário legislativo, coube à doutrina encontrar maneiras de compatibilizar essa aparente incongruência: poderia a lei societária simplesmente determinar que às deliberações assembleares não incide a nulidade civil?

De um lado, defendeu-se que sim, em virtude das particularidades do microssistema societário e da demanda dos tutelados (a empresa e aqueles que com ela contratam) por segurança jurídica e estabilização dos atos de comércio praticados com base naquelas deliberações.

Além disso, apontou-se que mesmo se assim não fosse, haveria uma impossibilidade prática de se implementar a sistemática da nulidade a tais deliberações viciadas, pois seria impossível desfazer todos os atos praticados e a atuação da empresa daquela deliberação em diante, retornando-a ao *status quo ante*.

De outro lado, defendeu-se que não, pois o regime de nulidades protege os pilares fundamentais do direito privado e que as deliberações que se enquadrem como violadoras desses pilares, não poderiam jamais convalescer, tornando-se válidas, tampouco poderia findar o prazo para a declaração de sua nulidade.

Sendo assim, a lei societária não poderia derogar a norma geral, Código Civil, que se responsabilizou por regular a invalidação de negócios jurídicos no direito privado.

Ao centro, defendeu-se que a lei societária efetivamente criou um regime especial de invalidades, que não obedece totalmente aos ditames do Código Civil. No entanto, reconhece-se que existem determinados casos em que se aplica a nulidade às deliberações, mesmo que não em sua extensão integral prevista no Código Civil.

Seriam esses os casos em que existe violação ao interesse geral (maior que o microssistema societário), violação a direitos de terceiros, violação ao futuro quadro de acionistas ou violação do interesse público em sentido estrito. Nos demais, mesmo que o Código Civil preveja nulidade, aplicar-se-ia apenas a invalidação por anulabilidade.

Com relação aos aspectos processuais das demandas de invalidade de deliberações assembleares, notou-se que a doutrina entende que são legitimados ativos *ad causam* para ingressar com a demanda de invalidade quaisquer acionistas, independentemente do percentual de participação detido, ou se são ordinaristas ou preferencialistas.

O acionista, no entanto, pode limitar seu direito de ação, a depender de como agir no conclave que resultou na deliberação ou assembleia impugnada. Em que pese a ausência, abstenção ou rejeição serem praticamente fungíveis para efeitos de legitimidade ativa na demanda, o voto afirmativo à deliberação posteriormente impugnada pode limitar o direito de ação do acionista.

No entanto, mesmo tal limitação não é absoluta, sendo certo que o acionista pode impugnar seu próprio voto, se proferido com vício de consentimento ou declaração (erro, dolo, fraude, coação, por exemplo).

Administradores e conselheiros fiscais não são legitimados para ajuizar ações impugnatórias, sendo o remédio disponível a estes eventuais reclamações *interna corporis*, à própria assembleia.

Debenturistas, titulares de partes beneficiárias e seus agentes têm direito de ingressar com a ação de invalidade, observadas limitações de interesse de agir – ou seja, a deliberação deve afetar diretamente a esfera destes.

De modo similar, terceiros, acionistas como terceiros, administradores e conselheiros fiscais como terceiros, e acionistas indiretos da companhia como terceiros, têm direito de impugnar deliberações assembleares, desde que comprovem interesse jurídico para tanto.

Também ficou constatado na doutrina que não há litisconsórcio ativo necessário, à luz da inexistência de previsão legal expressa e da garantia constitucional de acesso à justiça.

A legitimidade passiva é sempre da companhia, e os demais acionistas da companhia não são litisconsortes necessários, mesmo havendo unicidade da decisão oriunda da demanda. Os demais acionistas, por terem interesse no resultado da demanda, podem ingressar na demanda a título de assistentes processuais.

Esses outros acionistas, bem como administradores da companhia, podem acabar sendo incluídos no polo passivo caso as pretensões do autor cumulem, além da invalidade de deliberação, imputação de atos ilícitos praticados por determinado acionista, ou administradores.

Há inequívoco caráter unitário da pretensão e sua correspondente sentença, devendo seus efeitos serem oponíveis a todos os acionistas, à companhia e eventuais terceiros aplicáveis.

No entanto, dado que não há litisconsórcio passivo necessário nessa demanda, não parece haver permissão legal para ampliar os limites subjetivos da coisa julgada, sendo certo que todos os sujeitos afetados pela coisa julgada desta sentença deverão ter participado da relação processual que originou a decisão.

Não participando de referida relação processual, apesar de sujeitos aos efeitos da decisão, fica resguardado o direito de tal pessoa questionar judicialmente a deliberação novamente, buscando resultado processual diferente.

Posto o contexto doutrinário, viu-se como o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Estaduais de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais decidiram essa questão.

Em grandes linhas, conclui-se, na maioria dos casos, que a literalidade da lei societária venceu, e, sendo assim, aplicou-se significativamente mais o afastamento dos casos de nulidade ao invés do reconhecimento de sua incidência, em consonância, então, com o art. 286 da Lei das S/A.

A reboque vieram, também, os entendimentos de que o prazo bienal para impugnar as deliberações é aplicável, independentemente do vício constante da deliberação, e que o rol de legitimados ativos para impugnar a deliberação assemblear é limitado àqueles que podem impugnar negócios jurídicos meramente anuláveis, e não todos aqueles que tem o direito de ação para perseguir a declaração de nulidade.

Sobre a natureza deste prazo houve divergência, mas há tendência de reconhecimento de seu caráter decadencial, e não prescricional como diz a norma. Sendo assim, não caberiam protestos interruptivos de prescrição para alongar o prazo de impugnação da matéria pelo autor da ação.

O início da contagem do prazo, apesar da lei determinar que seu gatilho seria a data da deliberação, foi relativizado em diversas ocasiões, e pode-se concluir que a análise deve ser feita caso-a-caso, com uma tendência de reconhecimento de que é necessária ou a publicidade geral da deliberação (por meio de seu arquivamento no registro de comércio aplicável) ou a comunicação específica do prejudicado, para que passe a transcorrer o prazo.

Em casos onde a prévia desconstituição da deliberação é requisito para subsequente propositura da demanda tida como principal, os Tribunais tendem a reconhecer que o prazo impugnatório da deliberação assemblear continua sendo de dois anos.

Por exemplo, inobstante a ação de responsabilidade de administrador prescrever em três anos, caso as contas deste administrador tiverem sido aprovadas e a correspondente quitação tiver sido outorgada, nos primeiros dois anos contados desta deliberação de aprovação de contas deve ocorrer a propositura da demanda para invalidar tal deliberação. Caso contrário, a demanda subsequente não poderá ser ajuizada (mesmo havendo esse prazo mais alongado para sua propositura).

Diversas outras conclusões foram extraídas dos precedentes, que, para não entediar o leitor, em demasia, não cabe lembrar e repetir nesta seção, pois já no capítulo cabível estão postas.

O que aqui cumpre consignar, em nota final, é que os precedentes analisados, em geral, foram refletidos e demonstram estruturação técnica.

Por óbvio, existem críticas construtivas a serem feitas, a maior delas com relação ao cuidado com rigor conceitual no emprego da diferenciação entre anulabilidade e nulidade,

que, por vezes, foi usado pelos magistrados de maneira intercambiável, quando, na verdade, não o poderiam ser. A segunda maior sendo que os precedentes também por diversas vezes não se debruçaram suficientemente nos detalhes que separam os vícios de assembleia (*a parte formae*), vícios de deliberação (*a parte objecti*), e os vícios de voto (*a parte subjecti*), tratando-os como se a mesma coisa fossem, apesar de terem características, efeitos e consequências deveras diferentes entre si.

No entanto, para além das críticas construtivas acima, pode-se ter razoável satisfação com o corpo de precedentes atualmente existente, tanto no nível dos Tribunais estaduais, quanto no nível da Corte Superior de matérias infraconstitucionais.

Pelo andar da carruagem e as decisões que, até hoje, foram proferidas pelo STJ sobre o tema, a tendência é que se uniformize e consolide cada vez mais o entendimento sobre a matéria e haja, como deve haver, segurança jurídica e previsibilidade decisória nos conflitos societários que versam sobre este tema.

REFERÊNCIAS

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Execução específica dos acordos de acionistas*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

ADAMEK, Marcelo Vieira von, e FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Algumas notas sobre o exercício abusivo da ação de invalidação de deliberação assemblear. In: PEREIRA, Guilherme Setoguti J.; YARSHELL, Flávio Luiz (coords.). *Processo Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ADAMEK, Marcelo Vieira von. *Abuso de Minoria em Direito Societário*. São Paulo: Malheiros, 2014.

ASCARELLI, Tullio. Princípios e Problemas das Sociedades Anônimas. In: ASCARELLI, Tullio. *Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*. São Paulo: Saraiva, 1945.

ASCARELLI, Tullio. Vícios das Deliberações Assembleais – Direitos Individuais dos Acionistas – Prescrição. In: ASCARELLI, Tullio. *Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*. São Paulo: Saraiva, 1945.

AURIEMA, Leonardo Anthero. *Nulidade em matéria de deliberações societárias – o problema da fraude à lei*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

BARI FERREIRA, Ivo. O embate do direito societário com o recuperacional. *Portal Jota*, 5 set. 2017. Disponível em: <https://jota.info/artigos/o-embate-do-direito-societario-com-o-recuperacional-05092017>. Acesso em: 5 abril 2019.

BARI FERREIRA, Ivo. Quando a aplicação do acordo afronta a lei. *Portal Jota*, São Paulo, 3 nov. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/quando-a-aplicacao-do-acordo-afronta-a-lei-03112017>. Acesso em: 2 abril 2019.

BARI FERREIRA, Ivo. Invalidade de Deliberações de Acionistas à Luz do Superior Tribunal de Justiça. *Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários*, São Paulo, Almedina, v. 9, 2019. Coord. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França e Nelson Eizirik.

BETTI, Emilio. *Teoria general del negocio jurídico*. Trad. A. Martin Perez. 2. ed. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, [s.d.].

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1997.

BRASIL. *Lei 3.150, de 4 de novembro de 1882*. Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3150.htm. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei 2.627, de 26 de setembro de 1940*. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2627.htm. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei 4.657, de 04 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. *Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 15 abril 2019.

BRASIL. *Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 13.129, de 26 de maio de 2015*. Altera a Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

BULGARELLI, Waldírio. Anulação de assembleia geral de sociedade anônima – assembleias gerais posteriores – abuso de minoria. *Revista dos Tribunais*, v. 514, p. 1067-1079, ago. 1978.

BULGARELLI, Waldírio. *Regime Jurídico do Conselho Fiscal das S/A*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. Regime especial de invalidade dos atos societários. *In*: BULHÕES PEDREIRA, José Luiz; LAMY FILHO, Alfredo. *A Lei das S/A*, 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1996. v. 2.

CARNELUTTI, Francesco. *Teoria general del derecho*. 3. ed. Trad. Francisco Javier Osset. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, [s.d].

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4

COMPARATO, Fabio Konder. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. 2. ed. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

COMPARATO, Fábio Konder. Da imprescritibilidade da ação direta de nulidade de norma estatutária. *In*: COMPARATO, Fábio Konder. *Novos ensaios e pareceres de direito empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1981a.

COMPARATO, Fábio Konder. *Novos Ensaios e pareceres de direito empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1981b.

COMPARATO, Fábio Konder. Eleição de diretores em companhia aberta. Validade e eficácia de reuniões do conselho de administração de sociedade anônima. Quórum deliberativo em assembleias-gerais de companhia aberta. *In*: COMPARATO, Fábio Konder. *Direito Empresarial, Estudos e Pareceres*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

CORDEIRO, António Menezes. *S.A.: assembleia geral e deliberações sociais*. Coimbra: Almedina, 2009.

COUTURE, Eduardo. *Vocabulário jurídico*. Buenos Aires: Depalma, 1976.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo, Malheiros, 2001. v. II.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DONATI, Antigono. *L'invalidità dela deliberazione di assemblea dele società anonime*. Milano: Giuffrè, 1937.

EIZIRIK, Nelson. *A Lei das S/A comentada*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015. v. IV.

FERREIRA, Waldemar. *Tratado de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1961. v. IV.

FONSECA, Priscila Corrêa da. *Suspensão de deliberações sociais*. São Paulo: Saraiva, 1986.

FORGIONI, Paula Andrea. *A evolução do direito comercial brasileiro: Da mercancia ao mercado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidade das deliberações de assembleia das S/A*. São Paulo: Malheiros, 1999.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidade das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidade das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Legitimação do Sócio da Sociedade Controladora para Pleitear a Anulação de Assembleia da Controlada Subsidiária Integral. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidade das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidade das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017. Segunda Parte, Capítulo VIII.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Lineamentos da Reforma do Direito Societário Italiano em Matéria de Invalidade de Deliberações Assembleares. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidade das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidade das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Ilegitimidade de Parte e Falta de Interesse Processual da Companhia para Requerer a Anulação das Próprias Deliberações. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidade das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidade das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017. Segunda Parte, Capítulo VI.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Invalidade de Deliberações Conexas de Companhia. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidade das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidade das deliberações sociais*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017. Segunda Parte, Capítulo VII.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira von. *Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade: comentários breves ao CPC/2015*. São Paulo: Malheiros, 2016.

GALGANO, Francesco. *Trattato di Diritto Civile e Commerciale*. Milano, Italia: Giuffrè, 1988. v. III, t. 1.

GALGANO, Francesco. Il Negozio Giuridico. In: GALGANO, Francesco. *Trattato di Diritto Civile e Commerciale*. Milano, Italia: Giuffrè, 1988. v. III, t. 1.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Realização de assembleia sob o regime da execução provisória e posterior anulação. In: NERY JUNIOR, Nelson; SANTOS, Ernane Fidélis dos; WAMBIER, Luiz Rodrigues; e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coords.). *Execução civil: Estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodor Júnior*. São Paulo: RT, 2007.

IRTI, N. *L'Età Della Decodificazione*. Quarta Edizione. Milano: Giuffrè, 1999.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. *Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (coord.). *Direito das Companhias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

LAMY FILHO, Alfredo. Abuso do direito de voto e do poder de controle. *Direito das Companhias*, n.º 10-A, Rio de Janeiro, IEDE – Instituto de Estudos de Direito da Economia, 1983.

LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. *Lei das sociedades por ações anotada*. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *Do direito do acionista ao dividendo*. São Paulo: Obelisco, 1969.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: Plano da existência*. São Paulo: Saraiva, 2010a.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: Plano da validade*. São Paulo, Saraiva, 2010b.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: Plano da eficácia*. São Paulo, Saraiva, 2010c.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Freitas Bastos, 1945. v. III.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Aumentos de capital das sociedades anônimas*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PEREIRA, Guilherme Setoguti Julio. *Impugnação de Deliberações de Assembleia das S/A*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. 3. ed., 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984. t. L.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. 3. ed., 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984. t. LI.

SOUZA, Eduardo Nunes de. *Teoria geral das invalidades do negócio: nulidade e anulabilidade no direito civil contemporâneo*. São Paulo: Almedina, 2017.

STJ, AgRg no AREsp 752.829-SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, j. 19.04.2016.

STJ, REsp 1.330.021-SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 17.03.2016.

STJ, REsp 1.202.960-SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 20.03.2014.

STJ, REsp 818.506-SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, j. 17.12.2009.

STJ, AgRg no Agravo de Instrumento 640.050-RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 19.05.2009.

STJ, REsp 296.996-SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, j. 31.03.2003.

STJ, REsp 35.230-DF, Rel. Ministro Waldemar Zveiter, j. 08.05.2001.

STJ, REsp 35.230-0-SP, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 20.11.1995.

SZTAJN, Rachel. Codificação, decodificação, recodificação: a empresa no Código Civil Brasileiro. *Revista de Direito Mercantil*, v. 143, jul/set. 2006.

TALAMINI, Eduardo. Legitimidade, Interesse, Possibilidade Jurídica e Coisa Julgada nas Ações de Impugnação de Deliberações Societárias. In: TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1979. v. 2.

TALAMINI, Eduardo. Legitimidade, Interesse, Possibilidade Jurídica e Coisa Julgada nas Ações de Impugnação de Deliberações Societárias. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coords.). *Processo Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1979. v. 2.

TEPEDINO, Ricardo. Assembleia Geral. In: LAMY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz (coords.). *Direito das Companhias*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. I.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Comentários ao novo Código civil – dos fatos jurídicos: do negócio jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. V. 3, t. 1, livro III.

TJMG, AC 0713117-23.2014.8.13.0702, Rel. Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, j. 14.11.2018.

TJMG, AC 2673443-35.2013.8.13.0024, Rel. Desembargador João Cancio, j. 12.12.2017.

TJMG, AC 1398669-98.2014.8.13.0024, Rel. Desembargador Domingos Coelho, j. 18.08.2017.

TJMG, AC 0019184-34.2000.8.13.0056, Rel. Desembargador Claret de Moraes, j. 15.09.2016.

TJMG, AC 0584074-04.2012.8.13.0702, Rel. Desembargador Ângela de Lourdes Rodrigues, j. 24.09.2015.

TJRJ, AC 0010991-26.2012.8.19.0029, Rel. Desembargadora Mônica Maria Costa, j. 12.03.2019.

TJRJ, AC 0003951-70.2018.8.19.0000 e 0004527-63.2018.8.19.0000, Rel. Desembargador Mauricio Caldas Lopes, j. 04.04.2018.

TJRJ, AC 0257459-56.2009.8.19.0001, Rel. Desembargador Fernando Cerqueira Chagas, j. 30.08.2017.

TJRJ, AC 0244327-19.2015.8.19.0001, Rel. Desembargador Marcelo Lima Buhatem, j. 04.02.2015.

TJRJ, AI 0000127-51.1991.8.19.0000, Rel. Desembargador Jose Rodriguez Lema, j. 18.04.1995.

TJRJ, AC 0062834-85.2010.8.19.0001, Rel. Desembargadora Sirley Abreu Biondi, j. 15.12.2010.

TJRJ, AI 0020087-75.2000.8.19.0000, Rel. Desembargador Fabricio Paulo Bandeira Filho, j. 09.08.2000.

TJRJ, AC 0001665-57.1997.8.19.0000, Rel. Desembargador Paulo Sérgio de Araújo e Silva Fabião, j. 30.06.1998.

TJSP, AC 1075839-54.2013.8.26.0100, Rel. Desembargador Alexandre Lazzarini, j. 17.04.2019.

TJRJ, AI 2238189-39.2017.8.26.0000, Rel. Desembargador Cesar Ciampolini, j. 29.08.2018.

TJRJ, AC 0027399-29.2011.8.26.0451, Rel. Desembargador Francisco Loureiro, j. 10.08.2016.

TJRJ, AI 0165438-30-2013.8.26.0000, Rel. Designado (2º Juiz, vencedor) Desembargador Francisco Loureiro, j. 20.02.2014.

TJRJ, AC 0166609-52.2009.8.26.0100, Rel. Desembargador Ramon Mateo Júnior, j. 05.02.2014.

TJRJ, AC 0086868-45.2004.8.26.0000, Rel. Desembargador João Carlos Saletti, j. 14.02.2012.

TJRJ, AI 0165438-30-2013.8.26.0000, Rel. Designado (2º Juiz, vencedor) Desembargador Francisco Loureiro, j. 20.02.2014.

TJRJ, AC 0166609-52.2009.8.26.0100, Rel. Desembargador Ramon Mateo Júnior, j. 05.02.2014.

TJRJ, AC 0086868-45.2004.8.26.0000, Rel. Desembargador João Carlos Saletti, j. 14.02.2012.

TJRJ, AI 9022377-80.1998.8.26.0000, Rel. Desembargador Márcio Marcondes Machado, j. 16.03.1999.

TJRJ, AC 9110077-50.2005.8.26.0000, Rel. Desembargador João Carlos Garcia, j. 15.12.2009.

TJRJ, AI 2069495-73.2018.8.26.0000, Rel. Desembargador Alexandre Lazzarini, j. 09.05.2018.

TJRJ, AC 1011064-58.2015.8.26.0068, Rel. Desembargador Hamid Bdine, j. 08.02.2017.

TJRJ, AC 0003884-44.2011.8.26.0457, Rel. Desembargador Ricardo Negrão, j. 25.07.2014.

TJRJ, AC 9072231-67.2003.8.26.0000, Rel. Desembargador Silvério Ribeiro, j. 23.02.2011.

TJRJ, AC 0325365-71.2009.8.26.0000, Rel. Desembargador Maia da Cunha, j. 03.09.2009.

TJRJ, AI 0118363-68.2008.8.26.0000, Rel. Desembargador João Carlos Saletti, j. 12.08.2008.

TJRJ, AC 0000024-98.1991.8.26.0404, Rel. Desembargador Paulo Alcides, j. 18.12.2014.

TJRJ, AC 0080392-98.2012.8.26.0100, Rel. Desembargador Caio Marcelo Mendes de Oliveira, j. 27.04.2016.

TJRJ, AC 0013132-43-2013.8.26.0011, Rel. Desembargador Ramon Mateo Júnior, j. 03.02.2016.

TJRJ, AC 0134566-76.2006.8.26.0000, Rel. Desembargador Octavio Helene, j. 14.12.2010.

TJRJ, AC 0138386-84.2012.8.26.0100, Rel. Desembargador Ricardo Negrão, j. 11.12.2017.

TJRJ, AC 1106969-28.2014.8.26.0100, Rel. Desembargador Fortes Barbosa, j. 20.04.2016.

TJRJ, AC 9110642-14.2005.8.26.0000, Rel. Desembargador Piva Rodrigues, j. 10.05.2011.

VALVERDE, Trajano de Miranda. *Sociedades por Ações*. 2. ed. Forense: Rio de Janeiro, 1953. v. III.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil* – parte geral. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc; SZTAJN, Rachel. O Projeto de Novo Código Comercial e a (ir)responsabilidade do Legislador. *Revista de Direito Empresarial*, v. 0, nov/dez. 2013.

XAVIER, Vasco da Gama Lobo. *Anulação de Deliberação Social e Deliberações Conexas*. Coimbra: Almedina, 1998.

YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coords.). *Processo Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

YOKOI, Yuki. Desacordo de acionistas. *Capital Aberto*, jul./ago. 2016. Disponível em: www.bmfbovespa.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8AA8D09758C221250158DF5FC4410255+%&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 jun. 2018.

ANEXO A — SÍNTESE DOS JULGADOS UTILIZADOS

1. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1.1. AgRg no AREsp 752.829-SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, j. 19.04.2016: ocorreu incorporação de sociedade em 1999. Minoritários da sociedade incorporada tiveram opção de se tornarem acionistas da incorporadora, por determinada relação de troca ou de exercerem seu direito de recesso. Minoritário não exerceu seu direito de retirada à época. Em 2009, minoritário ajuizou demanda questionando a relação de troca, a entrega de ações adicionais da incorporadora e as indenizações cabíveis (dividendos e danos). Julgado improcedente, com base no art. 286. Tribunal afastou prescrição do art. 286 e reconheceu pedido do minoritário. Incorporadora interpôs recurso especial. STJ em decisão monocrática acatou o pedido e restaurou a decisão de primeira instância. Acórdão: “mesmo as deliberações contrárias aos ditames legais ou estatutários convalidam após o transcurso do lapso prescricional/decadencial, notadamente porque a deliberação encerra a vontade da maioria, sendo de pressupor-se que, não obstante eventualmente infringente das disposições normativas, foi concebida por ser considerada benéfica à sociedade e, de forma indireta e reflexa, também aos sócios”.

1.2. REsp 1.330.021-SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 17.03.2016: ocorreram sucessivas incorporações em sociedade que tinha acionista minoritário. Minoritário tentou ver reconhecida a propriedade de determinadas ações da sociedade resultante das incorporações, que foi negado, pois teria havido resgate de tais ações e que os proventos deste resgate, dado que minoritário não os reclamou, foram vertidos em favor da companhia. Minoritário ajuizou ação. Discussão acerca da legalidade do resgate operado e deliberado em assembleia. Acórdão: “Embora existam correntes diversas defendidas por doutrinadores de renome, prevalece hodiernamente o entendimento – inclusive, com amparo na Lei n. 6.404/1976 e no direito comparado – que impõe certo distanciamento da nulidade em direito societário da teoria clássica das nulidades, sendo reconhecido os seguintes traços peculiares: a) prazos de prescrição bem mais curto; b) irretroatividade dos efeitos da invalidade, que acarretam apenas a liquidação da sociedade (não há o pleno retorno ao status quo ante); c) ampla possibilidade de o vício ser sanado a qualquer tempo, ainda que se trate de vício que, segundo o direito comum, acarretaria a nulidade do ato; d) diverso enfoque, quando comparado à teoria geral das nulidades, para os atos nulos e anuláveis, havendo “tendência

nacional e mundial de entender as nulidades do âmbito societário como relativas, relegando-se a nulidade absoluta para situações realmente excepcionais”, preservando-se os efeitos já produzidos”; “entendo descabido cogitar-se em invocação do prazo vintenário da legislação comum”.

1.3. REsp 1.202.960-SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 20.03.2014: Acionistas minoritários entendem que houve aprovação de aumento de capital com diluição injustificada de suas ações (preço de emissão não refletia situação financeira da companhia). Existem elementos fáticos que dominaram o cerne do caso, no entanto, cumpre anotar que o Rel. expos em seu voto: “O fundamento do instituto da prescrição encontra-se na necessidade de consolidarem-se situações jurídicas pelo decurso do tempo e que, no âmbito do direito comercial, é fundamental à segurança das relações jurídicas, abrangendo o preceito do art. 286 da LSA todas as assembleias que podem ser reunidas na sociedade anônima”.

1.4. REsp 818.506-SP, Rel. Ministra Nancy Andrigli, j. 17.12.2009. Voto vencedor: Ministro João Otávio de Noronha: Reforma estatutária promovida em assembleia que alterou vantagens e preferências de ações preferenciais detidas pela autora. Questionamento apresentado 5 anos após reforma estatutária. “Mesmo que a nulidade fosse evidente, outro fator impediria sua pronúncia, neste caso: é que a lei societária, notadamente a lei das sociedades anônimas, não empresta às nulidades o mesmo tratamento que lhes é dado pela lei geral. Com efeito, diferentemente do que dispõe a parte geral do Código Civil atual (que, nesse passo, não discrepa do revogado), em matéria de sociedades anônimas, ocorre, conforme o caso, a decadência ou a prescrição das pretensões relativas à nulidade, gerando sua convalidação, sem descurar que é admitida a sanatória das eventuais nulidades e o juiz não pode conhece-las de ofício”.

1.5. AgRg no Agravo de Instrumento 640.050-RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 19.05.2009: Ação de responsabilidade de administradores, sem prévia ação de anulação de deliberação assemblear que aprovou as contas dos administradores. Não foi afastado o prazo para ajuizamento da ação anulatória da aprovação das contas dos administradores previsto no art. 286. “É necessária a prévia propositura da ação de anulação da assembleia de aprovação de contas da sociedade no prazo bienal previsto no artigo 286 da Lei 6.404/76”.

1.6. REsp 296.996-SP, Rel. Ministra Nancy Andrigli, j. 31.03.2003: Voto vencedor: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito: Ação visando a alteração do valor e correção monetária incidente sobre dividendos de determinada companhia a serem pagos aos

acionistas em determinada companhia. Incidência do prazo bienal para impugnação desta deliberação. “Para que fosse alterado o critério de distribuição dos dividendos, ratificado pela assembleia, impunha-se, portanto, a ação de anulação por violação da lei ou do estatuto ou se decorrente de erro, dolo, fraude ou simulação, assim, por exemplo, quando provada a retenção pela companhia dos dividendos devidos ou o pagamento de dividendos em desacordo com a lei”.

1.7. REsp 35.230-DF, Rel. Ministro Waldemar Zveiter, j. 08.05.2001. Voto vencedor: Ministro Ari Pargendler: Necessária prévia impugnação da deliberação que aprovou as contas dos administradores para poder responsabilizar os administradores. “em se tratando de aprovação de contas, não basta a prévia deliberação da assembleia geral para a propositura da ação de responsabilidade civil; é preciso que, antes ou concomitantemente, seja ajuizada a ação de anulação da deliberação da assembleia geral que aprovou as contas”.

1.8. REsp 35.230-0-SP, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 20.11.1995: Ausência de convocação regular para assembleia. Argumenta-se a prescrição da demanda, pois ação foi ajuizada após prazo bienal do art. 286. Acolhida a prescrição: “A atividade empresarial, dada a dinâmica dos negócios que constituem a sua essência, realizados diuturnamente, envolvendo inúmeros compromissos e obrigações, requer, para que não reste ameaçada a sua viabilidade, uma certa estabilidade, uma situação definida que possibilite um mínimo de segurança na tomada de decisões”; “Assim, por qualquer ângulo que se analise, à época do ajuizamento da ação (1988) estava prescrita a possibilidade de o autor impugnar a deliberação assemblear que, conquanto tomada sem respaldo legal ou estatutário, autorizou sua exclusão da sociedade”; “Seja como for, repise-se, não tendo sido combatida em tempo, a deliberação, do modo como estabelecida, convalidada restou”.

2. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.1. AC 1075839-54.2013.8.26.0100, Rel. Desembargador Alexandre Lazzarini, j. 17.04.2019: Ação anulatória de assembleia geral ordinária, movida por acionista minoritário, a fim de invalidar assembleia na qual foram impedidos de votar pelo administrador judicial que presidiu o conclave. Administrador judicial votou na aprovação das próprias contas, em abuso do direito de voto, afrontando arts. 115, 116 e 117 da Lei das S/A. Invalidação de tais deliberações com o intuito de desfazer quitação e apurar, subsequentemente, a responsabilidade do administrador judicial. “[T]rata-se, na verdade, de prazo decadencial,

pois diz respeito ao exercício de direito potestativo de promover a anulação das deliberações assembleares viciadas”. “[S]alvo as hipóteses dos arts. 195 e 198, I, CC [...], referido prazo não se suspende, nem se interrompe, conforme dispõem os arts. 207 e 208, ambos do CC”. “E, relativamente ao termo inicial da contagem do prazo decadencial, é fato que a matéria é motivo de grande debate, entretanto, o posicionamento doutrinário é no sentido de que o prazo bienal de que trata o referido art. 286 da Lei das S/A deve ser contado a partir da publicação da ata contendo a deliberação”. “a propositura de ação de responsabilidade civil por ato de administrador de sociedade anônima [...] necessita do prévio ajuizamento de ação destinada a anular deliberação assemblear que aprovou contas”.

2.2. AI 2238189-39.2017.8.26.0000, Rel. Desembargador Cesar Ciampolini, j. 29.08.2018: Tutela cautelar antecedente à ação de responsabilidade movida por minoritários, em virtude de atos ilícitos praticados pela gestão da companhia. Controladores se recusaram a pautar tal tema em sede de assembleia, minoritários ingressaram com a cautelar para assegurar seus direitos, sendo que a ação principal a ser proposta em sequência seria a ação de responsabilidade. “Com efeito, a aprovação das contas sem ressalvas exonera os administradores de quaisquer responsabilidades. Somente se existirem vícios no ato, apurados em ação anulatória, ajuizada no prazo prescricional de 2 anos (art. 286 da Lei 6.404/76), poderá ser discutida eventual responsabilidade dos administradores”. “Transcorrido o prazo prescricional sem que fosse ajuizada ação anulatória, estão os administradores exonerados de sua responsabilidade”. “É certo que os doutos lentes se referem, nos pareceres, à literalidade do art. 286 da Lei 6.404/76, que indica o *dies a quo* como sendo o “da deliberação”. Todavia, como esclarece o próprio Modesto Carvalhosa em seus Comentários à Lei das Sociedades Anônimas, os dois anos se contam, na verdade, da publicação”.

2.3. AC 0027399-29.2011.8.26.0451, Rel. Desembargador Francisco Loureiro, j. 10.08.2016: Anulação de assembleia geral ordinária e extraordinária, determinar a dissolução parcial da S/A e apurar corretamente os haveres. Acionista falecido, assembleia que operou a redistribuição das ações do falecido e a liquidação destas em favor dos herdeiros pelo valor nominal ocorreu sem convocação do espólio do falecido. Cálculo dos haveres por valor nominal é inválido, pois deveria ter sido calculado com base no valor patrimonial líquido. Herdeira do falecido era menor absolutamente incapaz. “O art. 286 da Lei n. 6.404/76, aludindo genericamente a “prescrição”, estabelece prazo decadencial de dois anos para anular as deliberações da assembleia geral”. “Como se sabe, não correm os prazos de decadência ou prescrição durante a incapacidade absoluta do menor de 16 anos, nos

termos do art. 198, I, e 208 do Código Civil. Embora os prazos prescricionais e decadenciais previstos na LSA tenham regime jurídico próprio e possam mesmo convalescer na hipótese de nulidade, inexistente qualquer comando ou razão lógica ou sistemática a impedir a extensão das regras das causas suspensivas e interruptivas da prescrição do direito comum. A herdeira completou 16 anos em 28 de janeiro de 2010, data a partir da qual se iniciou o prazo”. “A assembleia impugnada tomou diversas deliberações, dentre elas o destino da participação de titularidade do sócio falecido, e o critério de pagamento aos herdeiros. Nem todas as deliberações devem ser anuladas, mas apenas e tão somente a que deliberou os valores a serem pagos ao espólio do sócio falecido [...] Desnecessária a anulação integral da assembleia geral, alcançando outras deliberações além daquela em que se precificaram irregularmente as ações do *de cujus*”.

2.4. AI 0165438-30-2013.8.26.0000, Rel. Designado (2º Juiz, vencedor) Desembargador Francisco Loureiro, j. 20.02.2014: Ação que busca a anulação de deliberações tomadas em assembleia e a responsabilização de administradores e da sócia controladora, por uma série de atos ilícitos praticados entre estes. “O fato de a autora ter participado da assembleia que aprovou o balanço [e votado favoravelmente na deliberação] não constitui circunstância impeditiva para que postule posteriormente a sua invalidade. Claro que deve a autora demonstrar o erro em que incidiu, ou que as informações prestadas pelos administradores não eram completas e esclarecedoras de determinados atos praticados”.

2.5. AC 0166609-52.2009.8.26.0100, Rel. Desembargador Ramon Mateo Júnior, j. 05.02.2014: Acionista minoritário ajuizou ação para declarar nula a deliberação que aprovou incorporação e estabeleceu critério ilegal para conversão das ações da incorporada por ações da incorporadora (não respeitou art. 246, da Lei das S/A). “Respeitados eventuais posicionamentos contrários, diante da inobservância que se afigura intencional da lei societária, não há como se conceber o fundamento de que se trate de ato meramente anulável, passível, então, de convalidação no breve prazo bienal do art. 286. Trata-se de ato nulo, era imprescindível que o cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas minoritários não controladores da controlada, caso do autor, tivesse como base o valor do patrimônio líquido das sociedades a preços de mercado, em obediência ao art. 264 da lei das S.A. A violação do art. 264 da lei das S.A., que prevê direito inderrogável dos acionistas em questão, implica em nulidade absoluta, carecendo de eficácia em relação a estes a aprovação da relação de substituição em comento. Tratando-se de ato nulo, a princípio não é alcançado pela prescrição, porém, os efeitos produzidos ou a situação jurídica criada pode convalidar-se, sujeitando-se, todavia, aos prazos prescricionais do direito comum, no caso o lapso

vintenário do art. 177 do Código Civil de 1916. [...] Não se pode perder de vista que a vontade expressada na aprovação da deliberação em foco é a da controladora, que só a ela beneficia, peculiaridade impassível de desprezo e que deve repercutir na adoção da teoria civilista das nulidades com o efeito de incidir o lapso prescricional das ações pessoais”.

2.6. AC 0086868-45.2004.8.26.0000, Rel. Desembargador João Carlos Saletti, j. 14.02.2012: Ação de minoritário para invalidar assembleia, tendo em vista sua realização com irregularidade de convocação, não presença dos sócios, e expedição fraudulenta de atas anotando presença de acionistas que, em realidade, estavam ausentes, especialmente o próprio autor. “Possuindo o autor somente 15% do capital social da empresa, era perfeitamente possível que as assembleias se realizassem regularmente sem sua presença. Assim, em que pese a irregularidade apontada, as assembleias foram regularmente constituídas e instaladas, e o quórum das deliberações, atingido, com ou sem sua presença. [...] Inviável, portanto, a anulação das assembleias e das deliberações nelas tomadas”.

2.7. AI 9022377-80.1998.8.26.0000, Rel. Desembargador Márcio Marcondes Machado, j. 16.03.1999: Ação para invalidar deliberação assemblear de aprovação de contas da administração, para subsequentemente promover ação de responsabilidade contra administrador (cujo ajuizamento foi aprovado em assembleia). A aprovação em assembleia da ação de responsabilidade exonerou a prévia desconstituição da deliberação que aprovou as contas da administração. “Olvidar não se pode, entretanto, que para ser proposta ação de indenização contra o agravante foi realizada uma assembleia geral no dia 17 de junho de 1996. Houve, dessa forma, autorização assemblear para a propositura desta ação, relevando notar que, antes de seu ajuizamento, o réu foi notificado judicialmente em protesto interruptivo da prescrição. Consequentemente, se o prazo de prescrição foi interrompido e se houve deliberação de assembleia geral para o ajuizamento de ação visando responsabilizar o agravante, não vejo, como quer e entende este último, necessidade de desconstituição judicial do que foi aprovado na primeira assembleia geral”.

2.8. AC 9110077-50.2005.8.26.0000, Rel. Desembargador João Carlos Garcia, j. 15.12.2009: Ação movida por acionista minoritária para reaver dividendos distribuídos aos outros sócios e não a ela. Autora é herdeira de um dos fundadores da companhia, e, mesmo após o falecimento do marido, recebeu dividendos até 1974. Porém, a partir de 1975 deixou de recebe-los, apesar de continuar sendo acionista. Alega também violação de seu direito de preferência na subscrição de novas ações, em aumentos de capital realizados sem a sua participação. Busca invalidar deliberações que aprovaram tais aumentos. “O aumento de

capital da sociedade deu-se com o passar dos anos, de forma regular, acompanhada da devida publicidade, consoante demonstram os documentos de colacionados pelos réus, que, em sede de contestação, enumeraram as datas em que ocorreram os aumentos, sem notícia, contudo, da respectiva manifestação de interesse da autora pela subscrição das ações, ato este, aliás, que apenas a ela competia, sendo incabível imputar culpa ou conduta ilícita aos demais acionistas que simplesmente exerceram legítimo direito de subscrever ações no tempo oportuno; inviável, a esta altura, tentar “recompor” sua participação societária se, na época apropriada, deixou de fazê-lo”. “Dessarte, ainda que se cogitasse sobre algum erro de deliberação da assembleia no ano de 1977, a pretensão da autora, seja como veiculada na inicial, no sentido de reaver dividendos, ou reparação de qualquer ordem, consoante delineada nas razões de apelo, encontra-se irremediavelmente prescrita, porque aplicável, na hipótese, os prazos de prescrição previstos na legislação especial (Lei n. 6.404/76)”.

2.9. AI 2069495-73.2018.8.26.0000, Rel. Desembargador Alexandre Lazzarini, j. 09.05.2018: Ação anulatória de deliberação social c/c pedido indenizatório, movida por acionista minoritária, contra deliberação assemblear que autorizou a compra de ações, pela controladora, de ações que estavam em tesouraria, em descumprimento do estatuto e da Lei das S/A. Alega violação de quórum de aprovação (necessário, pelo estatuto, 100% de aprovação), direito de preferência (proporcional entre os acionistas, de acordo com o estatuto), e método assemblear (convocação). “E embora a lei refira-se à natureza prescricional do prazo, trata-se, na verdade, de prazo decadencial, pois diz respeito ao exercício de direito potestativo de promover a anulação das deliberações assembleares viciadas. Logo, salvo as hipóteses dos arts. 195 e 198, I, CC (não configuradas no caso concreto, pois não há envolvimento de incapaz), referido prazo não se suspende, nem se interrompe, conforme dispõem os arts. 207 e 208, CC [...] Verifica-se, assim, que o “protesto judicial para interrupção de prescrição” distribuído pela autora/agravante em 08.05.2017, mencionado na exordial, não teve o condão de interromper o prazo do art. 286, da LSA, cuja natureza, repita-se, é de decadência.”

2.10. AC 1011064-58.2015.8.26.0068, Rel. Desembargador Hamid Bdine, j. 08.02.2017: Ação para anular deliberações assembleares, em virtude de falta de quórum mínimo para deliberar em AGE, vício de convocação para realização da assembleia, violação de direito de preferência na subscrição de novas ações, suposta falsidade de assinatura da ata da assembleia. “[N]ão há dúvida de que a presente ação anulatória envolve a discussão de matéria de natureza eminentemente societária, o que impõe a aplicação da regra prevista no art. 286 da LSA, que prevê prazo decadencial de 2 (dois) anos contados da deliberação da

AGE [...] Diante de tais circunstâncias e da expressa previsão de prazo decadencial específico para a hipótese, não se aplica o prazo prescricional decenal previsto no art. 205 do CC”. “Na lição de Arnaldo Rizzardo, Arnaldo Rizzardo Filho e Carine Ardisson Rizzardo, não importa que os vícios sejam os da lei civil, deve ser mantido o exíguo prazo prescricional de 2 (dois) anos”.

2.11. AC 0003884-44.2011.8.26.0457, Rel. Desembargador Ricardo Negrão, j. 25.07.2014: Ação de anulação de deliberações assembleares que aprovaram ajuizamento de ação de responsabilidade contra o autor e a sua destituição da administração da companhia c/c reparação por dano material e moral. “Destarte, o prazo para ajuizamento da ação anulatória iniciou-se em 13 de junho de 2008 e não foi interrompido pela sustação dos efeitos daquela decisão assemblear, visto tratar-se de prazo decadencial, e não prescricional. Ao utilizar o verbo “prescrever” na redação do art. 286 da LSA, incorreu o legislador em incorreção técnica [...] Neste contexto, o prazo para exercício do direito é decadencial, que não se interrompe ou suspende, consoante dicção do art. 207 do Código Civil”.

2.12. AC 9072231-67.2003.8.26.0000, Rel. Desembargador Silvério Ribeiro, j. 23.02.2011: Ação para invalidar deliberação assemblear que aprovou aumento de capital, com integralização de bens e direitos, que não observou as formalidades aplicáveis. Considerou-se prescrita a demanda, por ter sido ajuizada após os dois anos da deliberação, rejeitando-se a cassação de liminar que sustava os efeitos da assembleia como fator interruptivo da prescrição.

2.13. AC 0325365-71.2009.8.26.0000, Rel. Desembargador Maia da Cunha, j. 03.09.2009: Ação declaratória de nulidade de cisão de sociedades comerciais, que transferiram imóveis para duas novas sociedades. “É fácil verificar da inicial que a pretensão dos autores apelantes era a de declarar a nulidade da decisão que, em assembleia de acionistas realizada em outubro de 1989, aprovou por unanimidade a proposta da diretoria para a cisão parcial da companhia, o que foi feito com o objetivo específico e declarado de constituição de duas novas empresas. É igualmente fácil concluir que se aplica à hipótese dos autos a Lei de Sociedades Anônimas [...] Se a assembleia a que se atribui as ilegalidades constantes da inicial se realizou em 27 de outubro de 1989, é forçoso concluir que o prazo para a ação visando anular as deliberações nela tomadas pelos acionistas se esgotou em 27 de outubro de 1991”.

2.14. AI 0118363-68.2008.8.26.0000, Rel. Desembargador João Carlos Saletti, j. 12.08.2008: Ação anulatória de deliberações tomadas em assembleia que aprovou contas dos administradores. Ação proposta três anos depois da assembleia. Preliminar de prescrição foi

rejeitada em virtude de haver medida cautelar de protesto contra prescrição, que teria interrompido o prazo do art. 286 da LSA. “Prescrição realmente não houve. [...] O protesto interruptivo da prescrição é medida destinada a prover a conservação de direito. [...] O interesse deles está presente, portanto, porquanto afirmadamente titulares do direito de verem desfeitos os atos a que se referem. Se eles têm ou não razão, se já dispunham ou não de elementos para alcançar o seu desiderato, deve ser objeto de conhecimento e deliberação a final”.

2.15. AC 0000024-98.1991.8.26.0404, Rel. Desembargador Paulo Alcides, j. 18.12.2014: Autores propuseram ajuizamento de ação de responsabilidade contra administradores em deliberação assemblear, que foi negada pelo conclave. Por serem acionistas representando mais de 5% do capital social da companhia, ajuizaram a ação diretamente. Houve discussão acerca da necessidade de ação prévia para anulação da aprovação das contas dos administradores. Decidiu-se que, desde que conste do pedido da ação, também, a anulação das deliberações aplicáveis, podem ser realizadas no mesmo processo. “A preliminar de impossibilidade jurídica da pretensão de cancelamento da venda do avião por ausência de prévia anulação da assembleia que aprovou as contas dos exercícios de 1988 a 1990, não se sustenta, porque também constitui objeto do pedido referida anulação. [...] Além do mais, conforme doutrina de José Waldecy Lucena, “qualquer que seja a subespécie de ação social ajuizada a *ut universi*, a *ut singuli* ou a derivada (art. 159, caput e parágrafos 3º e 4º) não se deve seguir o modelo preconizado por alguns intérpretes de que primeiro há de ser anulada a deliberação da assembleia geral, que aprovou as contas dos administradores, para, ao depois, ingressar-se com a ação de responsabilidade civil dos administradores faltosos. Essa postura, que seria a apoteose dos maus administradores, inclusive sob o pálio da prescrição, que é breve, viola o princípio da economia processual e põe-se em desarmonia com a moderna teoria da instrumentalidade do processo””.

2.16. AC 0080392-98.2012.8.26.0100, Rel. Desembargador Caio Marcelo Mendes de Oliveira, j. 27.04.2016: Ação declaratória de nulidade de deliberação que nomeou o autor como diretor adjunto da sociedade, em virtude de não ter havido concordância do autor em assumir tal posição designada. Não constou do ato de nomeação a assinatura do autor. Preliminar de prescrição afastada por contar o prazo desde a data de conhecimento do ato pelo autor, e não desde a data da deliberação. “Conhecimento pelo autor do ato lesivo somente no ano de 2012, quando teve bloqueados valores existentes em suas contas correntes, em função de reclamação trabalhista proposta contra a sociedade”. “É verdade que o MM. Juiz a quo invocou a norma do art. 169 do Código Civil, para afastar a prescrição

arguída, considerando o ato jurídico nulo, e que não poderia convalidar-se pelo decurso de tempo, quando a inicial se baseava em vício do ato jurídico, provocado por dolo, que o tornaria anulável. Ainda assim, está evidenciada ao menos a anulabilidade, ainda mais quando se vê que o autor da ação não poderá ser responsabilizado, na medida em que o ato de nomeação não lhe concedia poder algum de obrigar a sociedade”.

2.17. AC 0013132-43-2013.8.26.0011, Rel. Desembargador Ramon Mateo Júnior, j. 03.02.2016: Ação declaratória de nulidade de deliberação assemblear que ocorreu sem a necessária presença do conselho fiscal e pela retenção de parte da reserva de lucro sem prévio orçamento de capital. “No tocante ao primeiro; vale dizer, à falta de convocação prévia e à ausência do Conselho Fiscal, não merece prosperar o inconformismo dos autores. [...] A questão reside na análise da obrigatoriedade ou não da apresentação, por este órgão fiscalizador, quando da realização da assembleia geral efetivada no dia 17.11.2011, de parecer sobre o aumento do capital. Ora bem. Como acima fundamentado, apesar da existência obrigatória do Conselho Fiscal, seu funcionamento é facultativo, condicionado à provocação dos acionistas. Na hipótese, inexistiu no momento da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 17 de novembro de 2011 qualquer interpelação dos acionistas minoritários, ora autores, no sentido de que fosse convocado o Conselho Fiscal, para a apresentação de parecer e aprovação do aumento do capital. Não há, portanto, como acoimar de nulidade a assembleia sem a presença do Conselho Fiscal. Estabelece, com efeito, o art. 134 da LSA: “Instalada a assembleia-geral, proceder-se-á, se requerida por qualquer acionista, à leitura dos documentos referidos no artigo 133 e do parecer do conselho fiscal, se houver, os quais serão submetidos pela mesa à discussão e votação”. Há, portanto, necessidade de requerimento expresso, de qualquer acionista, para a obrigatoriedade de apresentação de parecer pelo Conselho Fiscal. [...] E, tida por inolvidável a presença dos autores naquele conclave, era importante que formalizassem, expressa e objetivamente, seu descontentamento diante da ausência dos membros do Conselho Fiscal, consignando em ata tal protesto; e, ulteriormente, demonstrar a ocorrência de efetivo prejuízo”. “No tocante ao pedido de nulidade da deliberação que se arvorou pelo aumento do capital social, por meio da capitalização de parte da reserva de lucros, sem emissão de novas ações, merece acolhida o inconformismo dos autores. [...] A ilegalidade pretendida pelos autores-apelantes reside na violação da regra estabelecida no art. 196 da LSA, que regula a sociedade por ações e determina que a retenção de parcela dos lucros deva ser precedida do orçamento de capital devidamente aprovado em assembleia geral, tendo sido o ato praticado com abuso de poder pelo bloco de controle. [...] Mercê das alegações das apeladas, extrai-se do dispositivo legal

transcrito que a retenção da parcela do lucro líquido está, efetivamente, condicionada à prévia existência de orçamento de capital, elaborado pelo órgão de administração da companhia. [...] Nesse diapasão, ainda que os apelantes estivessem presentes no conclave onde aprovado o aumento do capital social, não alija nem pode suprimir a necessidade da existência de um orçamento de capital, máxime porque os autores são acionistas minoritários”. “De toda forma, as deliberações levadas a efeito no âmbito da AGE presentemente impugnada devem ser declaradas insubsistentes, motivo pelo qual deverá ser realizada nova Assembleia Geral Extraordinária, desde que convocada regularmente, e precedida da apresentação do projeto de financiamento, do orçamento de capital, e dos documentos comprobatórios da necessidade de aumento do capital social e das justificativas de distribuição de lucros”. “nula a assembleia” “parcial provimento ao apelo, para anular a assembleia”.

2.18. AC 0134566-76.2006.8.26.0000, Rel. Desembargador Octavio Helene, j. 14.12.2010: Ação declaratória de nulidade das deliberações tomadas em assembleia, em virtude de voto de pessoa jurídica detida por um administrador, que proferiu voto aprobatório de suas próprias contas. “Pondere-se que, nessa situação, a vedação legal remanesce, porque seria um contrassenso que se proibisse o acionista de votar no sentido da aprovação de suas próprias contas, mas que se permitisse que pessoa jurídica por ele constituída assim procedesse. Não se desconhece a diferença conceitual entre pessoa física e jurídica mas, no caso, é evidente que com tal procedimento alcançaram os réus, por via transversa, o que pretendiam. Em outras palavras: as sociedades anônimas constituídas em “holdings” têm personalidade jurídica própria, mas mostra-se intuitivo que se os seus componentes forem os mesmos administradores da sociedade controlada, torna-se evidente que essa sociedade não poderá votar as contas daqueles, pois seriam as mesmas pessoas físicas interessadas na aprovação de suas próprias contas. Tira-se daí, como corolário, que se o legislador proibiu o acionista administrador de votar as suas próprias contas, não podendo fazê-lo nem por procuração, pode-se entender que também não poderá fazê-lo por pessoa jurídica por ele constituída da qual é sócio majoritário. Se alguém contornar vedação legal por via transversa, para obter determinado resultado, a presunção que se tira é a de que agiu contra *legem* mesmo que, por ingenuidade, apenas, tenha assim agido. [...] O dispositivo não faz alusão ao voto de pessoa jurídica controlada pelos administradores; mas, o que se deve considerar é que a finalidade da Lei ao proibir que os acionistas votem suas próprias contas como administradores foi, impedir a “votação em causa própria”, sem a necessária imparcialidade para julgar os atos da administração”. “Por todo exposto, pelo meu voto, dou provimento ao

recurso para, reformada a r. sentença recorrida, também em sua parte, entendida como “extra petita”, julgar procedente a ação, declarando nulas as deliberações que aprovaram as contas e os relatórios da administração nas Assembleias referidas no pedido”. Voto do Revisor: “O artigo 115 da Lei das S/A define o que vem a ser exercício abusivo do voto. Provado que o acionista controlador agiu com culpa ou dolo, impõe-se a nulidade das AGEs, diante do ardil engendrado”.

2.19. AC 0138386-84.2012.8.26.0100, Rel. Desembargador Ricardo Negrão, j. 11.12.2017: Ação anulatória de assembleia que deliberou conversão das ações preferenciais em ordinárias, em virtude da supressão dos direitos políticos dos autores de pedir a instalação do Conselho Fiscal e de indicar um conselheiro. “O prazo bienal, por seu turno, não é prescricional, e sim decadencial, pois refere-se a ação desconstitutiva”. “O coautor Eduardo esteve presente à assembleia especial e à AGOE, ambas de 23 de abril de 2010, por si e na qualidade de representante dos demais coautores. Destarte, o prazo decadencial é contado da data da assembleia, e não da data do registro da respectiva ata na Junta Comercial.”

2.20. AC 1106969-28.2014.8.26.0100, Rel. Desembargador Fortes Barbosa, j. 20.04.2016: Ação declaratória de nulidade de deliberações assembleares que não observaram os quóruns estatutários aplicáveis. Acionista com dois terços do capital social não compareceu regularmente em primeira convocação, e, em segunda convocação, matérias foram aprovadas pelos acionistas remanescentes, que representam 16, 67% do capital social. Acionista indireto tem legitimidade ativa ad causam para pleitear invalidade de deliberação assemblear de controlada indireta: “Como já foi afirmado por ocasião do julgamento de recurso anterior, a situação do agravante, mantidas participações societárias entrelaçadas, não permite reconhecer sua ilegitimidade ad causam. Há participações societárias sobrepostas. A parte-autora é titular da metade das quotas sociais da Niplan Participações Ltda., enquanto a parte-ré é a titular da outra metade e esta pessoa jurídica detém a propriedade de dois terços das ações emitidas pela niplan Engenharia S/A, conformando uma realidade fática capaz de sustentar a legitimidade para que sejam questionados os efeitos da assembleia realizada, mesmo sem uma participação direta. A Niplan Participações Ltda. Atua na qualidade de acionista majoritária da Niplan Engenharia S/A, o que impõe seja identificada pertinência subjetiva, dada a sobreposição de participações societárias envolvendo ou entrelaçando as duas pessoas jurídicas e criando uma natural e inafastável vinculação entre as deliberações tomadas numa e noutra sociedade”. “Julga-se, portanto, procedente a presente ação declaratória, para o fim de que seja reconhecida e declarada a

nulidade da assembleia de acionistas da Niplan Engenharia S/A realizada em 28 de outubro de 2014 e das deliberações então aprovadas, condenados os réus”.

2.21. AC 9110642-14.2005.8.26.0000, Rel. Desembargador Piva Rodrigues, j. 10.05.2011: Ação declaratória de validade de AGO e de nulidade de AGE subsequente, por não ter observado prazo de antecedência necessário à convocação desta. “Assentada a natureza jurídica de companhia aberta, confirma-se o reconhecimento consecutivo da nulidade formal da segunda AGE, por defeito em sua convocação, uma vez extemporânea”.

3. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.1. AC 0010991-26.2012.8.19.0029, Rel. Desembargadora Mônica Maria Costa, j. 12.03.2019: Ação anulatória de *ata* de assembleia extraordinária, em que pretende-se a anulação da assembleia como um todo e das deliberações nela tomadas, em virtude da inobservância às formalidades inerentes à convocação, à instalação e à realização da assembleia, supostamente conduzida de maneira fraudulenta. Pretensão considerada prescrita, pois direito de ação exercido passados mais de dois anos após a realização da assembleia geral. Prazo contado *da deliberação*. Considera-se prazo prescricional (“eis que consumada a prescrição da pretensão autoral”), inobstante existirem referência à natureza decadencial durante o voto.

3.2. AC 0003951-70.2018.8.19.0000 e 0004527-63.2018.8.19.0000, Rel. Desembargador Mauricio Caldas Lopes, j. 04.04.2018: Ação anulatória c/c indenizatória, visando anular atos praticados em assembleias, concernentes às contas da sociedade, distribuição/retenção de dividendos e outras destinações do resultado dos exercícios. Reconhecimento da natureza decadencial do prazo do art. 286 da LSA e afastamento do protesto interruptivo de prescrição. “Assim, diante da natureza decadencial do prazo, os autores já não mais poderiam impugnar as decisões assembleares tomadas nos anos de 2013 e 2014 – referentes, respectivamente, aos exercícios sociais de 2012 e 2013 - , decaído que estava o direito de anulação daqueles atos societários praticados, ajuizada que fora esta ação aos 12.05.17 – *inefcaz, portanto, o protesto pretendidamente interruptivo* - , restrito a impugnar tão somente as decisões assembleares realizadas nos anos de 2013 e 2014 [...] na forma do art. 207 da lei civil, por isso que à decadência, não se aplicam as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição”.

3.3. AC 0257459-56.2009.8.19.0001, Rel. Desembargador Fernando Cerqueira Chagas, j. 30.08.2017: Ação de anulação de assembleia ordinária, por falta de convocação, e por vícios na ata (fraude nas assinaturas dos presentes). Adota entendimentos do REsp 1.330.021 e REsp 818.506.

3.4. AC 0244327-19.2015.8.19.0001, Rel. Desembargador Marcelo Lima Buhatem, j. 04.02.2015: Ação anulatória de emissão de debêntures participativas da Vale S/A, com a consequente restituição proporcional das ações preferenciais da classe B, ou da classe A, com pedido condenatório de pagamento de dividendos. “O caso trata de direito societário, e segundo o art. 286 da Lei 6404/76 é de dois anos o prazo para pleitear ação a fim de anular deliberações tomadas em assembleia geral ou especial”. “Assim, a teoria das nulidades de Direito comum não se aplica, de ordinário, em matéria de sociedades anônimas, de modo que os atos societários nulos prescrevem nos prazos previstos na lei societária”.

3.5. AI 0000127-51.1991.8.19.0000, Rel. Desembargador Jose Rodriguez Lema, j. 18.04.1995: Ação anulatória de assembleias, combinado com pedido indenizatório pelos atos fraudulentos praticados por gestores, em processo de transformação e incorporação de sociedade. “A ação para anular as assembleias gerais realizadas durante o processo de incorporação se encontra prescrita em razão do que preceitua o art. 286 da Lei 6404/76 – Lei das Sociedades por Ações, que fixa em dois anos o prazo prescricional, prazo esse que já havia decorrido quando da propositura da ação”. “Quanto ao procedimento das pessoas físicas, réus neste processo, que praticaram os atos violadores dos direitos subjetivos dos autores, não há como incluir tal procedimento no âmbito do art. 286, que tem aplicação restrita às assembleias. O prazo prescricional dos atos ilícitos praticados pelos réus está sujeito a prescrição do direito comum, ou seja, do art. 177 do Código Civil, como explicitado na sentença. Não há dúvida de que os réus agiram de forma fraudulenta por ocasião das deliberações tomadas e que redundaram em lesão aos direitos subjetivos dos autores: as deliberações, em razão da prescrição, não podem ser anuladas, entretanto, o procedimento ilícito dos réus, que não é amparado pela prescrição especial, gera responsabilidade civil, ficando a prescrição da ação sujeita ao prazo do art. 177 do Código Civil”.

3.6. AC 0062834-85.2010.8.19.0001, Rel. Desembargadora Sirley Abreu Biondi, j. 15.12.2010: Ação tendo por objetivo a anulação de deliberação da assembleia geral que elegeu membro do conselho de administração reservado à minoria. Acionista integrante do bloco de controle que elegeu conselheiro para a vaga destinada aos minoritários. “conforme orientação jurisprudencial, nas ações de nulidade de deliberações tomadas por Assembleia

de acionistas de sociedade anônima, apenas esta é ré, não sendo litisconsortes passivos necessários nem os acionistas, tampouco os que tenham sido favorecidos pela deliberação”.

3.7. AI 0020087-75.2000.8.19.0000, Rel. Desembargador Fabricio Paulo Bandeira Filho, j. 09.08.2000: Ação de anulação de deliberação de assembleia de acionistas, em virtude do acionista controlador, na qualidade também de acionista preferencialista, ter indicado membro do conselho fiscal na vaga destinada aos preferencialistas minoritários. “Com efeito, toda a jurisprudência se orientou no sentido de que nas ações de nulidade de deliberações tomadas por assembleia de acionistas de sociedade anônima, apenas esta é ré, não sendo litisconsortes passivos necessários nem os acionistas nem os que tenham sido favorecidos pela deliberação”.

3.8. AC 0001665-57.1997.8.19.0000, Rel. Desembargador Paulo Sérgio de Araújo e Silva Fabião, j. 30.06.1998: Ação anulatória de deliberação assemblear que contou com voto, preponderante para o resultado da deliberação, em conflito com os interesses da companhia (contrato entre partes relacionadas e benefício privado do acionista). Excertos da sentença (confirmada pelo Tribunal): “Creio que não assiste razão às rés quanto à afirmada prescrição porque a divulgação das decisões tomadas na indicada Assembleia só ocorreu em 3 (três) de agosto de 1994 [...] eis que apenas naquela data a Ata daquela reunião foi arquivada na JUCERJA, dando-se, assim, conhecimento público do que ocorrera, considerando que não há nestes autos qualquer prova de que foram notificadas ou intimadas do teor do que se deliberou”. “A meu sentir, a v. decisão e o entendimento doutrinário a respeito estão de acordo com os princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa (art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal), devendo sempre iniciar-se o prazo para a defesa ou recurso de qualquer decisão a partir da sua divulgação ou intimação pessoal, sendo inconstitucional a parte final do art. 286 da Lei em comento quando estabelece que o prazo prescricional se conta a partir “da deliberação”. “Isto posto, julgo procedentes os pedidos das autoras para declarar nula a Assembleia Geral Extraordinária da empresa”.

4. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1. AC 0713117-23.2014.8.13.0702, Rel. Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, j. 14.11.2018. Ação para anular deliberação que aprovou o grupamento de ações, em virtude de vícios de convocação (publicação em jornais e notificação pessoal dos acionistas). “Consta dos autos que a assembleia geral extraordinária da sociedade que deliberou sobre o

grupamento de ações, objeto desta lide, realizou-se em 17/12/2003 [...] Assim, de acordo com a legislação vigente, o prazo prescricional para arguir qualquer vício atinente à realização da assembleia geral extraordinária findou-se em 2005”. “Pelo exposto, instalo de ofício a prejudicial de mérito prescrição para declarar prescrito o direito do Autor/Apelante a discutir nulidades atinentes à realização da assembleia geral extraordinária, restando prejudicada a análise do mérito”.

4.2. AC 2673443-35.2013.8.13.0024, Rel. Desembargador João Cancio, j. 12.12.2017. Ação de cobrança para pagamento de dividendos a acionista preferencialista, que não foram pagos para constituir reservas da companhia, que supostamente estava passando por crise financeira. Anulação das deliberações das AGOs que destinaram o resultado do exercício em maneira diversa àquela para distribuir dividendos para os preferencialistas. “O pleito inicial busca, em suma, o reconhecimento da ilegalidade das decisões das assembleias realizadas nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, nas quais supostamente suprimido o direito, assegurado na Lei das Sociedades Anônimas de recebimento dos dividendos obrigatórios pelos acionistas preferenciais [...] Dessa forma, o acolhimento do pedido de cobrança formulado na inicial depende da declaração de nulidade das deliberações da Assembleia Geral no que concerne à distribuição de dividendos, aplicando-se, por consequência, o disposto no art. 286 da LSA”. “Vale registrar que o prazo a que alude o art. 286, citado, não é contado da publicação da ata, mas sim da deliberação, de modo que não se admite a discussão, nestes autos, sobre eventual invalidade das decisões tomadas nas assembleias realizadas em 09.07.2010 e em 03.06.2011, haja vista a distribuição da presente ação apenas em 05.07.2013”. “acolhimento da prejudicial de prescrição”. Com relação à assembleia de 2012, “a constituição de reservas de lucros aprovada em assembleia não poderia limiar ou restringir os dividendos mínimos das ações preferenciais, por força do art. 203 da LSA, o que não foi observado pela Companhia ré. Nessa esteira, impõe-se a reforma da sentença para reconhecer a nulidade das deliberações da assembleia realizada em 20.04.2012”.

4.3. AC 1398669-98.2014.8.13.0024, Rel. Desembargador Domingos Coelho, j. 18.08.2017. Ação declaratória de nulidade de cláusulas estatutárias que dispõem sobre quórum especial para aprovação de matérias sociais, em assembleia e em conselho. Legitimidade ativa questionada, pois autores votaram favoravelmente à inclusão das cláusulas estatutárias ora questionadas: “No caso em comento, os autores não estão pleiteando a anulação de assembleia da qual participaram, ou simplesmente voltando-se contra o próprio ato. Na realidade, a alegação é de nulidade absoluta de cláusulas estatutárias, que não poderiam prevalecer ainda que deliberadas à unanimidade, por contrariar ditames de ordem pública da

LSA. Se há ou não tal nulidade é questão de mérito recursal, mas a titularidade do interesse que se afirma prevalente na pretensão é, inegavelmente, dos autores, na qualidade de acionistas da companhia”. *Voto vencido do Relator*: Preliminar de prescrição: “Ocorre que, como já destacado quando do exame da preliminar de ilegitimidade ativa, a pretensão dos autores, definida pela interpretação da causa de pedir e do pedido apresentados na petição inicial, não é propriamente a de anular deliberação tomada em assembleia, mas sim obter declaração de nulidade de cláusulas estatutárias, que estendem seus efeitos ao longo do tempo. A se admitir a tese dos recorridos, de prescrição do direito de ação no caso concreto, ter-se-ia que considerar que eventual nulidade (ainda que absoluta) de cláusula estatutária de companhia anônima seria definitivamente sanada com o decurso do prazo, ainda que aquela cláusula continuasse a surtir efeitos no mundo jurídico, o que seria ilógico. Destarte, por inaplicável o prazo prescricional do art. 286 da LSA à hipótese dos autos, também rejeito a prejudicial de prescrição”. “Conclui-se, dessa primeira análise, portanto, que as cláusulas 9ª e 13 do estatuto social da companhia requerida, realmente, são absolutamente nulas, porquanto ampliam uma situação que deveria ser excepcional – exigência de quórum qualificado para deliberação de certas matérias, devidamente especificadas - , nos termos dos artigos 129, par. 1º e 140, inciso IV, da LSA, para o total de deliberações da companhia, sobre qualquer tema”. “Ao impulso de tais considerações, rejeito a preliminar e a prejudicial de mérito e, no mérito propriamente considerado, dou provimento ao recurso para, reformando a sentença primeva e julgando procedente o pedido pórtrico, declarar a nulidade e ineficácia das disposições contidas no artigo 9º e no parágrafo único do artigo 13 do estatuto social da requerida”. “Tal nulidade, conquanto absoluta, para preservar a segurança jurídica das relações negociais e os atos de gestão já praticados, somente deve operar seus efeitos a partir da publicação deste acórdão, de forma que as deliberações anteriores realizadas na companhia possam permanecer válidas”. *Dissidência Vencedora*: “A tese das apelantes quanto ao termo inicial de prescrição não vinga frente à prova documental e a definição legal do prazo prescricional”. “A arguição de que o prazo do art. 286 da LSA somente se aplica em caso de anulabilidade, máxima vênia, também não merece acolhida”. “Não se diga, por tão evidente, que a pretensão de obter declaração de nulidade dos arts. 9º e parágrafo único do art. 13 do Estatuto da PLANTAR não remete a nulidade do ato assemblear que os aprovou por unanimidade”. “Assim, registrado o estatuto social da PLANTAR na JUCEMG em 15.04.2009, tem-se que quando do ajuizamento dessa ação anulatória por distribuição em 07.05.2014, o prazo prescricional de 2 (dois) anos e previsto no art. 286 da Lei 6.404/76 – LSA estava consumado”. “Com estes fundamentos, renovada

e máxima vênia, acolho a prejudicial de prescrição e dou por prejudicadas as demais questões de mérito devolvidas a reexame do tribunal”.

4.4. AC 0019184-34.2000.8.13.0056, Rel. Desembargador Claret de Moraes, j. 15.09.2016. Ação para cancelar o registro de Assembleia Geral, com o consequente desfazimento das decisões ali tomadas, pois o autor alegadamente não foi comunicado da realização da assembleia. “Tendo em vista o prazo de prescrição de dois anos previsto pelo já mencionado art. 286 da Lei 6.404/76, e considerando que a ação foi proposta aos 28.04.2000 e a Assembleia Geral impugnada realizou-se em 28.09.1998, a pretensão aduzida na inicial não está prescrita”. “Dessa forma, conclui-se pela existência de vício formal na convocação da Assembleia Geral realizada em 28.09.1998, capaz de gerar a anulação do ato no tocante aos prejuízos causados ao autor/apelado”.

4.5. AC 0584074-04.2012.8.13.0702, Rel. Desembargador Ângela de Lourdes Rodrigues, j. 24.09.2015. Ação anulatória de deliberação que aprovou bonificação de ações (ao invés de pagamento de dividendos), por ter diminuído significativamente o número de ações do autor, em enriquecimento sem causa da companhia. “Quanto à prejudicial de mérito, sem razão o Recorrente ao afirmar que o prazo de contagem prescricional segundo o caso em questão somente começa a fluir a partir do ofício datado de 19.10.12, e que tal prazo é decenal, art. 205 c/c 2028, ambos do CC/2002”.